

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA GLOBALIZADA: O ESTUDO DO PERFIL DE ALUNOS POTENCIAIS NO JAPÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ

Maringá, PR – abril - 2014

Paulo Pardo – Unicesumar - paulo.pardo@unicesumar.edu.br

Categoria: Globalização da Educação e aspectos culturais transfronteiros

Setor Educacional: Educação Universitária

Natureza: Descrição de Projeto em Andamento

Classe: Relato de Experiência Inovadora

RESUMO

O pressuposto de que a Educação a Distância deva abarcar a necessidade de formação em diferentes contextos leva à reflexão de como essa metodologia tem incluído os cidadãos brasileiros que, devido a imperativos econômicos, tiveram que deixar sua pátria para buscar trabalho em outros países. Essa migração de mão-de-obra, embora tenha sofrido uma redução devido ao aquecimento da economia nacional, ainda é uma realidade, principalmente no Japão, onde um contingente importante de brasileiros reside e trabalha. Ao pesquisar o perfil desta população e as possibilidades que a EAD oferece, emerge a necessidade de um planejamento consistente de atendimento à formação superior, que poderá descortinar a possibilidade de emancipação social e econômica quando estes brasileiros retornarem à sua pátria.

Palavras-Chave: educação inclusiva, imigrantes, educação globalizada.

1 - Introdução

A Educação a Distância tem vencido barreiras consideradas intransponíveis até recentemente. Os números dos recentes censos promovidos pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, comprovam o crescimento significativo de todas as modalidades de formação, com resultados acima do ensino presencial.

Esses resultados, no entanto, vista sob o ponto de vista do território nacional, não leva em consideração uma realidade presente na estrutura social brasileira: o fato de que nem todos os brasileiros residem e subsistem morando em sua pátria. De fato, os números apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores – MRE apontam um contingente expressivo de brasileiros vivendo em diversas nações ao redor do globo, com número acima de 2,5 milhões de cidadãos.

O destino desses brasileiros é diverso, porém, de acordo com a última publicação do MRE de 2012, os dez principais receptores da emigração brasileira são, em ordem decrescente, Estados Unidos (1.066.559), Japão (210.032), Paraguai (201.527), Portugal (140.426), Espanha (128.238), Reino Unido (118.000), Alemanha (95.160), Itália (67.000), França (44.622) e Suíça (44.089).

A condição de vida desses brasileiros é bastante variada, dependendo muitas vezes de sua situação legal no país de destino. A dificuldade de obtenção de vistos de trabalho e permanência nos Estados Unidos é notória, enquanto que em países como o Japão a entrada de brasileiros e sua contratação por empresas são previamente acordadas antes da saída de suas origens.

Torna-se um assunto relevante o fato de muitos brasileiros mudarem-se para países estrangeiros na esperança de uma melhoria de suas perspectivas futuras no Brasil, ou seja, seu tempo de permanência em outros países é entendido como o sacrifício necessário para formar uma poupança que será utilizada na volta à pátria.

Infelizmente, os resultados do retorno desses brasileiros ao seu solo de origem não têm sido promissores. Dificuldades de adaptação após longos períodos no exterior e o despreparo para lidar com um mercado de trabalho ou

de empreendimentos desconhecidos provocam muitas vezes frustração, falência e a necessidade de novamente emigrar para uma nova temporada – por vezes muita longa – nos países estrangeiros em que estavam.

Diante desse fato, algumas questões permeiam esta pesquisa: a oferta de educação superior a brasileiros em solo estrangeiro poderia tornar exitoso o regresso à pátria? Qual é a realidade da oferta de educação superior para brasileiros no exterior? Que papel a EAD poderia desempenhar em um desafio de qualificação dos brasileiros no exterior?

Este artigo foi elaborado com o objetivo de estudar especificamente estas questões pelo lado dos brasileiros que emigram para o Japão. O artigo está formulado da seguinte forma: a seção 2 considera o histórico da imigração para o Japão e o perfil dos brasileiros naquele país, a seção 3 apresenta o estado da arte na educação superior ofertada aos brasileiros no Japão, a seção 4 apresenta uma proposta de implantação de polo de apoio presencial para educação superior no Japão por IES privada e na seção 5 apresenta-se as conclusões deste trabalho.

2 - A emigração brasileira para o Japão: aspectos históricos

Em 2008, comemorou-se no Brasil os 100 anos de imigração japonesa para o país. Esta data é emblemática para os descendentes japoneses, pois marca a inserção no tecido social brasileiro da grande força cultural e laboral dos nipônicos, que está bastante presente principalmente nos estados de São Paulo e Paraná.

Por outro lado, como destaca Ishi (2010), este ano também é um momento de reflexão para o movimento inverso, em que um contingente importante de brasileiros de origem japonesa, buscou naquele arquipélago asiático sua colocação profissional. Em 2008, 20 anos se passaram desde que os primeiros movimentos iniciaram-se, primeiramente com os *sanseis* – segunda geração de descendentes japoneses nascidos no Brasil – regressaram às suas origens para prestar serviço em fábricas japonesas. Estes trabalhadores tinham a vantagem de conhecer o idioma – ao menos seus fundamentos básicos - e estar mais próximos das gerações que trouxeram a cultura japonesa ao Brasil.

Porém, a partir de 1990, ano geralmente aceito entre os estudiosos como sendo o marco da imigração Brasil – Japão, novos descendentes fizeram o que os japoneses denominam de “U”, ou o caminho de volta às origens, quando a legislação de imigração do governo japonês favoreceu a entrada de trabalhadores estrangeiros em sua economia. Como frisa Ishi (2010), estava aberta a era dos *dekasseguis*.

Há que se considerar neste ponto alguns mitos e algumas realidades: o primeiro mito diz respeito à possibilidade de enriquecimento rápido no Japão, alguns acreditando que em dois ou três anos seria possível acumular uma pequena fortuna que seria aplicada no Brasil. Esta expectativa, de acordo com Ishi (2010), jamais se concretizou. Por outro lado, realmente houve um movimento monetário significativo do Japão para o Brasil, as chamadas “remessas dos decasséguis”, que abasteceram mercados locais em investimentos imobiliários e empreendimentos diversos. Em 1996, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, o volume chegou a US\$ 2 bilhões. Beltrão e Sugahara (2006) mencionam dados do Ministério da Justiça do Japão que davam conta de que, em 2000, o volume médio de remessas de brasileiros que viviam no Japão para o Brasil era de US\$1,5 e US\$2 bilhões.

Outra constatação relevante apresentada por Beltrão e Sugahara (2006), baseada em censo promovido pelo governo japonês, é que a maioria dos brasileiros – terceiro maior grupo de estrangeiros presentes no Japão – constituída por adultos do sexo masculino, no tempo de permanência no país somente dedicou-se ao trabalho, não ingressando em nenhum programa de educação.

Este fato despertou iniciativas no Brasil em procurar de alguma forma capacitar esses trabalhadores, vislumbrando um retorno à pátria, no qual habilidades de gestão empreendedora fossem necessárias. Consoante a este propósito, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – em 2006 lançou o Programa Dekassegui Empreendedor, iniciativa conjunta com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Este programa visa a capacitação profissional de brasileiros que pretendem residir no Japão, os que já residem naquele país e os que retornaram ao Brasil. Este projeto também foi alavancado pela constatação pelo próprio Sebrae do número de empreendimentos abertos por decasséguis retornados ao Brasil que

entraram em falência, justamente por falta de qualificação desses trabalhadores.

A crise econômica de 2008 bateu forte às portas das empresas japonesas, provocando demissões em massa dos trabalhadores contratados por empreiteiras e que viviam sob o manto de “proteção” dessas empresas de trabalho temporário (hakens). Este verdadeiro tsunami social fez com que os brasileiros afetados fossem obrigados a procurar assistência dos governos regionais no Japão, que, de acordo com Kitawaki (2010), de diversas maneiras procuraram apoiar esta nova população do país, não mais considerada apenas como trabalhadores temporários (decasséguis), mas como imigrantes.

O retorno de brasileiros à sua pátria por força das condições econômicas desfavoráveis no Japão provocou um problema social em muitas cidades onde o núcleo nipônico é mais consistente, como cidades no estado do Paraná, a exemplo de Assaí e Maringá. Os retornados não possuíam qualificação que lhes proporcionasse condições de ter uma renda suficiente para suas necessidades, obrigando-os a dependerem de parentes e familiares que residem no Brasil.

O diagnóstico, tanto para as falências informadas pelo Sebrae como para o problema de absorção de mão-de-obra pelas empresas brasileiras dos trabalhadores que retornam do Japão é idêntico: falta de qualificação.

3 - O Estado da Arte da educação para brasileiros no Japão – o desafio da educação superior

Atualmente, de acordo com dados do MRE de 2012, aproximadamente 210.000 brasileiros vivem no Japão. Esse número, em 2008, chegou a impressionantes 320.000, porém, devido à crise econômica mundial daquele ano, houve uma significativa redução de trabalhadores que retornaram ao Brasil por falta de oportunidades de trabalho. Mori (2010) menciona, no entanto, que o tempo de permanência médio de trabalhadores brasileiros no Japão é de 10 anos, não computados os brasileiros que adquiriram cidadania japonesa ou que cresceram no Brasil e tem mentalidade e cultura brasileiras. Mori (2010) ainda destaca que cerca de 78.000 brasileiros - 25% do total de trabalhadores brasileiros - possuem visto permanente e muitos já adquiriram

casas e parecem ter se adaptado à cultura nipônica, não tendo planos de regressar à pátria-mãe.

O perfil da terceira leva de brasileiros que emigraram para o Japão – ocorrida especialmente a partir de 1998 - é constituída de pessoas de baixa formação escolar em comparação com os primeiros emigrantes. Estas pessoas submetem-se à flutuação ocupacional, que ocorre devido à alternância na oferta de emprego. Como a maioria dos brasileiros ainda trabalha vinculado à empreiteiras que prestam serviço a grandes empresas japonesas, não possuem estabilidade de emprego e são forçados a mudarem-se constantemente com suas famílias para onde quer que sejam contratados (MORI, 2010).

O problema educacional vem na esteira de uma situação laboral fragilizada. Como muitos brasileiros decidem levar suas famílias para morarem no Japão – ou casam-se naquele país – os filhos desses brasileiros que nascem no Japão conseguem ter uma educação de qualidade, nos mesmos currículos e escolas dos japoneses, gratuita, ofertada pelo governo japonês na rede pública de ensino.

Um problema mais sério ocorre quando as crianças e jovens chegam ao Japão já iniciados na educação básica, fundamental e média do Brasil, não dominam o idioma japonês e veem-se alocadas no sistema educacional do Japão que trabalha com progressão continuada, ou seja, não há reprovação mas há avaliação de desempenho, o que dificulta o acompanhamento e aproveitamento escolar do estudante brasileiro. Beltrão e Sugahara (2006) relatam que a mídia japonesa destaca casos de delinquência juvenil de jovens brasileiros – também de outros imigrantes – que não estudam nem trabalham. Callegari (2010) menciona que a delinquência juvenil de brasileiros só perde para os jovens de origem chinesa.

A opção desafiadora para as famílias brasileiras é matricular seus filhos em escolas particulares, que geralmente são caras, ou deixar seus filhos sem estudar (CALLEGARI, 2010). Callegari (2010) destaca que, caso a família consiga ingressar seus filhos em uma escola de educação brasileira, permanece o desafio de socializar essas crianças na cultura japonesa, o que nem sempre é fácil.

A crise econômica afetou severamente a situação das escolas brasileiras no Japão, que chegaram a 117 em 2007, mas após a crise econômica de 2008, esse número foi reduzido para 75 em 2011, sendo 49 homologadas pelo MEC.

A discussão sobre políticas governamentais promovidas pelo Estado brasileiro e japonês está em andamento, com foco neste público específico. Para a população jovem e adulta que não oportunidade de completar o ciclo básico de educação, o governo brasileiro formulou iniciativas através do INEP com vistas à prestação de exames de proficiência “em conhecimentos, habilidades e competências de brasileiros no exterior” (CALLEGARI, 2010).

Não há, no entanto, esforços conjuntos para mitigar o problema de formação superior que envolve a população adulta. Esta população que passa a maior parte de seu tempo envolvida em suas atividades laborais e, no caso dos brasileiros, empregada no setor de produção, não tem grandes opções de formação após os ciclos iniciais e médios, o que pode ter reflexos negativos se retornar ao Brasil, por falta de conhecimento da realidade brasileira, além da defasagem de formação em relação ao mercado de trabalho local.

A iniciativa pública oficial de que se tem registro é pela Universidade Aberta do Brasil – UAB, que através da Universidade Federal do Mato Grosso, com o objetivo especialmente de formar professores de ensino básico e fundamental que, por sua vez, participarão no esforço educacional para os filhos de brasileiros no Japão. Nesta oferta da UAB (convênio entre a UFMT e a Universidade Tokai de Kanagawa) foram 300 vagas no curso de pedagogia em turmas que foram abertas entre os anos de 2009 a 2013.

Quanto à iniciativa privada, existem polos de apoio presencial de várias IES no arquipélago japonês. As instituições que publicaram oferta de EAD em nível superior no Japão até a conclusão deste trabalho foram a Unip – Universidade Paulista, a AIEC – Faculdade de Administração de Brasília, a UCB – Universidade Católica de Brasília, a UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados e a UniSeb – Centro Universitário Interativo. Esses polos estão localizados geograficamente no Japão, conforme Quadro 1.

IES	Província	Cidade
UNIGRAN	Aichi	Nagoya
	Gunma	Oizumi
UNISEB	Aichi	Toyohashi-shi
UNIP	Shizuoka	Hamamatsu-shi
AIEC	Aichi	Nagoya
UCB		Tokyo

Quadro 1 – Fonte: Portais das IES na Internet

Não há disponível para pesquisa no portal e-MEC os dados referentes ao número de vagas disponibilizadas por estas IES. No entanto, o rol de cursos disponíveis é bastante abrangente. O curso ofertado por todas as IES indistintamente é o de Bacharelado em Administração. Outros cursos são ofertados na área de Ciências Sociais Aplicadas, Licenciaturas, Tecnologia da Informação e diversos outros cursos tecnológicos.

Dessa forma, apresentam-se várias opções para formação superior, com conteúdos voltados à realidade brasileira, embora ofertadas em solo estrangeiro. Os custos destes cursos disponíveis no Japão são mais caros do que seu equivalente no Brasil, com base nos valores disponibilizados por algumas dessas IES em seus respectivos portais.

4 - Proposta de Implantação de Polo de Apoio Presencial no Japão

Diante do cenário atual da EAD para cursos superiores no Japão, em uma eventual iniciativa de implantação de um polo de apoio presencial de uma IES naquele país, deveriam ser consideradas algumas variáveis sociais e demográficas com o objetivo de analisar a viabilidade deste empreendimento.

As análises propostas neste artigo vinculam-se especificamente ao perfil sociodemográfico dos potenciais alunos no Japão. Análises sob perspectivas econômicas devem ser realizadas considerando-se os custos da oferta do EAD, cuja composição é própria de cada IES.

Considerando a variável distribuição demográfica, observa-se que a concentração da população de brasileiros no Japão é prevacente no Sudoeste do país, onde se localizam a maior parte das indústrias de eletrônicos, autopeças e automóveis, em primeiro lugar na província de Aichi

com mais de 54.000 pessoas, seguida de perto pela província de Shizuoka, com aproximadamente 33.000 brasileiros. Considerando a proximidade entre as províncias de Aichi, Shizuoka, Kanagawa, Gifu, Shiga e Mie, chega-se a um total de próximo a 135.000 brasileiros.

Tendo em mente que no Brasil os polos de EAD geralmente são avaliados como viáveis do ponto de vista populacional em regiões com pelo menos 50.000 habitantes, conclui-se que um polo no Japão, estrategicamente instalado em pontos de convergência logística para as províncias listadas anteriormente poderia ser viável. Esta afirmação também é comprovada pelo fato de que praticamente todas as IES presentes com EAD no Japão têm seus polos em Aichi e Shizuoka.

Uma dificuldade em relação à coleta de dados está relacionada ao perfil etário da atual população brasileira no Japão. Isto em decorrência dos movimentos de regresso ao Brasil que ocorreram pós-2008, e o fato de que um Censo oficial dos brasileiros remanescentes não foi ainda efetivado.

Se for considerada a proporção dos números disponíveis em 2005, através de levantamentos não oficiais, chega-se à conclusão de que 45% dos brasileiros são mulheres e 55% homens e que do total de brasileiros atualmente no Japão, mais de 105 mil estão em idade universitária.

Para que a análise não fique rasa no tocante ao cruzamento de informações entre densidade demográfica e perfil etário, pode-se acrescentar o fato de que os salários atualmente pagos aos trabalhadores no Japão giram entre R\$2,5 mil a R\$6,5 ao mês, o que denota um poder de compra significativo quando comparado ao salário médio pago no Brasil.

5 - Conclusões

Ao analisar a viabilidade de instalação de um polo de EAD para oferta de cursos superiores no Japão, as IES que trabalham com essa modalidade de ensino precisam considerar aspectos técnicos e normativos, porém, o MEC não impõe restrições a esta oferta. Por outro lado, uma instituição que passe a oferecer um ensino de qualidade e que consiga atingir as regiões onde a concentração da população brasileira é mais intensa, pode ter êxito, ao mesmo tempo, tendo como benefício agregado firmar sua marca no Brasil, onde estão

os familiares dos emigrantes. Esse é um benefício de difícil mensuração, mas certamente presente nas avaliações estratégicas institucionais.

REFERÊNCIAS

ISHI, A. in: BRASIL. **20 anos dos brasileiros no Japão**. Brasília (DF): FUNAG, 2010.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. **Permanentemente temporário**: dekasseguis brasileiros no Japão. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 61-85, jan./jun. 2006

KITAWAKI, Y. **Reflexão sobre os 20 anos de imigração brasileira no Japão** - na ótica de um ex-prefeito de Hamamatsu. In: 20 anos dos brasileiros no Japão. Brasília (DF): FUNAG, 2010.

MORI, Y. **Desafios da comunidade brasileira no Japão**. SABJA – Serviço de Assistência aos Brasileiros no Japão, 2010.

CALLEGARI, C. **Notas sobre a questão educacional das comunidades de brasileiros no exterior, a atuação governamental e seus desafios**. Brasília (DF), MRE, 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Estimativas populacionais das comunidades**. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/APENDICE%20Diplomacia%20Consular%20-%20Brasileiros%20no%20Mundo.pdf>>. Acesso em 01 abr 2014

PIMENTEL, S. **Brasileiros já formam a terceira maior comunidade de estrangeiros no Japão**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-05-23/brasileiros-ja-formam-terceira-maior-comunidade-de-estrangeiros-no-japao>>. Acesso em 02 abr 2014

CORTÊS, P. B. L. **A comunidade brasileira no Japão**. Disponível em: <<http://www.ciate.org.br/informacao-geral-sobre-japao/258-a-comunidade-brasileira-no-japao>>. Acesso em 10 abr 2014

AGUIRRA, R. **Sobram vagas de emprego no Japão, afirmam agências do Brasil**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2011/04/sobram-vagas-de-emprego-no-japao-afirmam-agencias-do-brasil.html>>. Acesso em 15 abr 2014